



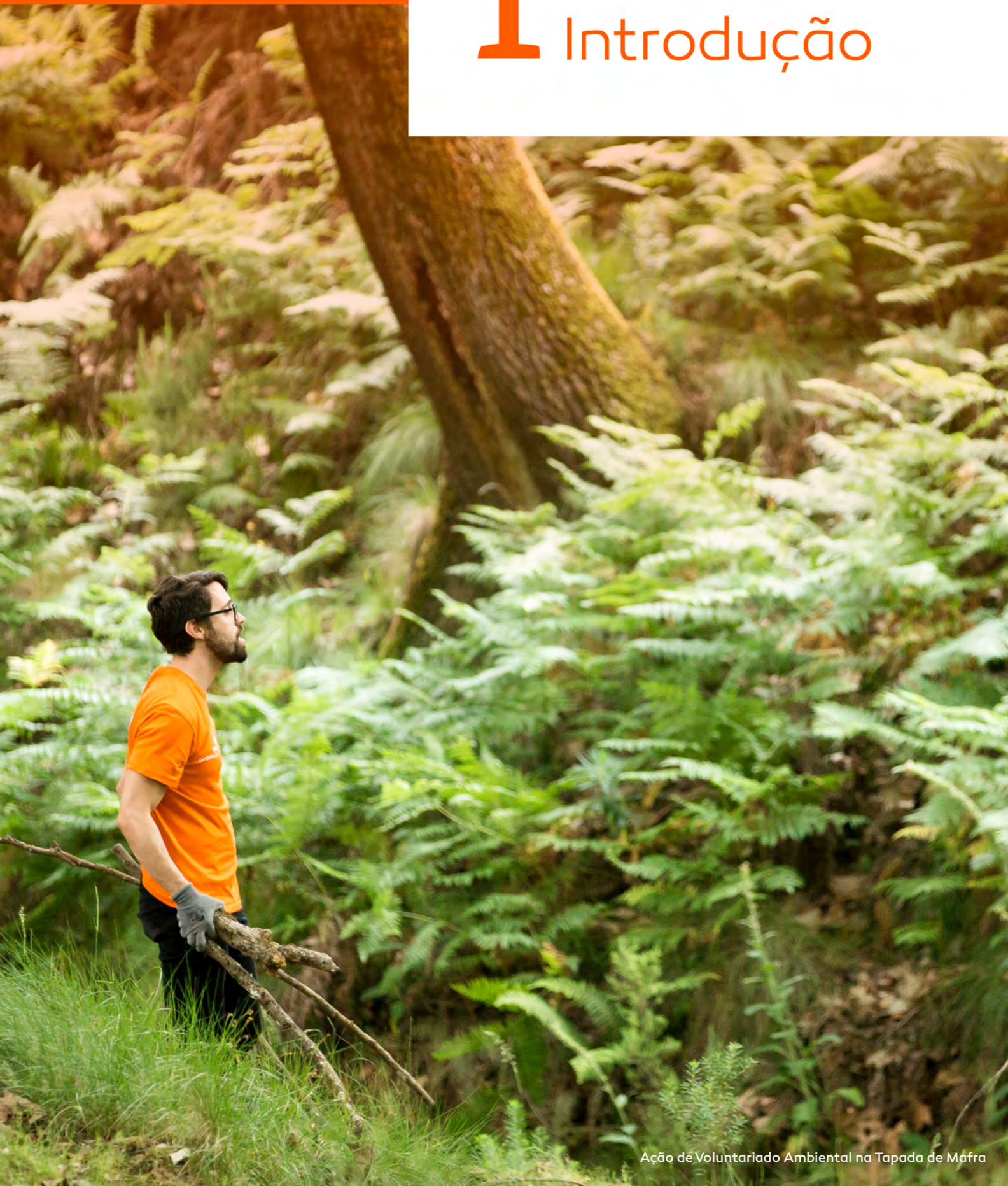
Energia cria esperança

Relatório de Gestão e Contas 2017

Índice

1. Introdução	03
2. Órgãos Sociais	05
3. Atividades desenvolvidas	08
3.1. Desenvolvimento Social	09
3.2. Energia e Ambiente	16
3.3. Cultura e Educação	21
4. Referências finais	22
5. Anexos	24
5.1. Demonstrações financeiras	25
5.2. Anexo	29

1 Introdução



1. Introdução

Em 2017, a Fundação Galp completou um novo ano de existência e de trabalho na prossecução da sua missão social e estatutária ao serviço da comunidade, nos seus âmbitos de atuação: Desenvolvimento Social, Cultura e Energia e Ambiente.

Começou o ano com uma alteração nos Órgãos Sociais, havida no dia 6 de janeiro, na sequência da renúncia apresentada pelo Sr. Américo Amorim, tendo a Sra. D. Paula Fernanda Ramos Amorim sido eleita Presidente do Conselho de Administração.

Uma outra alteração institucional relevante foi a mudança de designação de Fundação Galp Energia para Fundação Galp, aprovada, no dia 6 de Abril de 2017, em reunião de Conselho de Administração. Com efeito, a Fundação é uma entidade juridicamente independente, com um modelo de *Governance* próprio, definido nos seus Estatutos, todavia, é uma entidade ligada à cultura organizacional do Grupo Fundador com quem partilha a sua denominação. Nesse sentido, considerou-se oportuna esta alteração para efeitos de garantir uma coerência entre denominações face ao Grupo Galp. A sua designação oficial de Fundação Galp foi formalizada em escritura pública celebrada a 19 de setembro de 2017.

Ainda na temática institucional, refira-se que a Fundação tem vindo a obter as Declarações de Reconhecimento de Interesse Cultural das suas diversas atividades, emitidas a 23 de Outubro de 2013 pelo Secretário de Estado da Cultura, a 30 de Dezembro de 2016 e a 7 de Fevereiro de 2018 pelo Ministro da Cultura, nos termos do artigo 62º, números 6, a) e 7 e 10, todos do EBF.

Esta última Declaração, cujo pedido foi efetuado em 2017, diz respeito a um projeto conjunto a três anos com a Fundação de Serralves que se destina especificamente à comunidade escolar (alunos e professores) e famílias. Com efeito, este projeto marca uma viragem em termos de redefinição de prioridades de atuação desta Fundação que se pretende implementar a partir de 2018, no sentido de dar maior focalização na vertente de Educação na ótica sociocultural.

Em termos de atividade, o ano de 2017 ficou bastante marcado pela internacionalização de projetos em África. Em Maio, foi assinado em Maputo um protocolo para um projeto de investimento na comunidade que permitirá eletrificar, com energia de origem fotovoltaica, quatro aldeias em Moçambique. Está igualmente em desenvolvimento um projeto a dois anos na Guiné Bissau, a arrancar em 2018 no terreno, e que equipará com gás butano 25.400 casas de bairros pobres de Bissau.

A Fundação continuará, assim, num espírito de abertura à comunidade, empenhada na prossecução da sua missão social, em Portugal e no estrangeiro, promovendo, apoiando, colaborando e participando em ações de desenvolvimento da sociedade, através de atividades próprias ou em parceria, sobretudo no apoio à comunidade carenciada e em prol da Educação, do Ambiente, Energia e Cultura.

Fundação Galp

2 Órgãos Sociais



2. Órgãos Sociais

A esta data a composição dos órgãos sociais da Fundação Galp é a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vogais

Carlos Nuno Gomes da Silva

Filipe Quintin Crisóstomo Silva

Conselho Fiscal

Presidente

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Pedro Antunes de Almeida

Suplente

Amável Alberto Freixo Calhau

Órgão Diretivo

Joana Maria Soares de Oliveira da Rosa Garoupa e Silva

3 Atividades desenvolvidas

3.1. Desenvolvimento Social

3.2. Energia e Ambiente

3.3. Cultura e Educação



3. Atividade da Fundação Galp

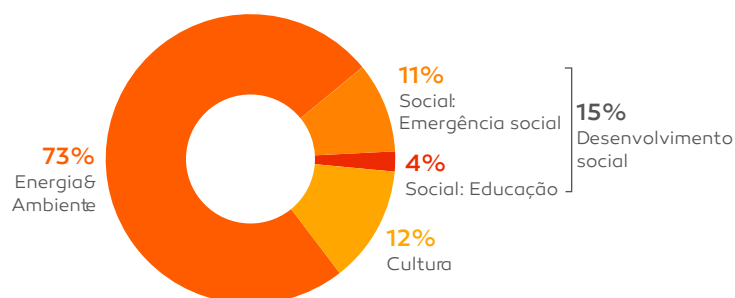
No cumprimento da sua missão social, a Fundação Galp desenvolveu, em 2017, um conjunto alargado de projetos, com enfoque no seu âmbito de atuação **Energia e Ambiente**, numa ótica social de luta contra a pobreza e na promoção do acesso à energia, sobretudo através do projeto de Investimento na Comunidade em Moçambique.

O segundo âmbito a destacar foi o de **Desenvolvimento Social**, tendo atuado, não só, em resposta a situações de **Emergência Social**, mas também, na vertente da **Educação**, através da Inclusão Social nas escolas e na promoção do acesso ao conhecimento. Nesse sentido, foram desenvolvidos projetos sociais diversos em escolas e próximos da comunidade escolar, alicerçados em parcerias com entidades que trabalham de perto com esta realidade, nomeadamente a parceria com a Fundação de Serralves (projeto plurianual) e enquanto Parceiro Principal do Global Teachers Prize Portugal (por duas edições).

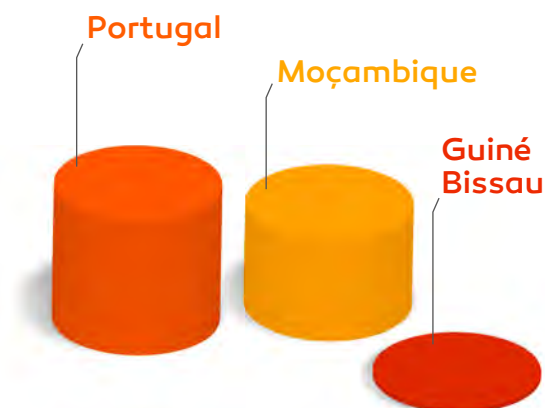
Por fim a **Cultura**, sempre presente na atuação da Fundação ao longo dos anos, teve, em 2017, um investimento menos expressivo face aos anos anteriores. Ainda assim, foi renovada a parceria com o Serviço Educativo da Fundação Casa da Música e desenvolvidas várias atividades culturais conjuntas.

Num âmbito mais global, a Fundação desenvolveu igualmente, ao longo de todo o ano, diversas iniciativas próprias, no sentido de criar uma maior proximidade com a comunidade, nomeadamente através da promoção de iniciativas de compromisso social e divulgação cultural.

Atividade 2017 por âmbito



Atividade por país



3.1. Desenvolvimento Social

A Fundação Galp implementou diversos projetos de cariz Social maioritariamente através de Parcerias Sociais:

Nas vertentes de inclusão social nas escolas e na promoção do acesso à educação e ao conhecimento

- Parceria conjunta com a Galp Voluntária e a EPIS que inclui projetos de inclusão social, bolsas, estágios e explicações a alunos carenciados;
- Parceria com a Associação Bagos d'Ouro no acompanhamento, apoio e bolsas a alunos carenciados;
- Parceria com a Galp Voluntária na realização de ações de voluntariado nas escolas.

Em resposta a situações de emergência social

- Renovação do Protocolo coletivo Fundação Galp Solidária abrangendo 12 entidades sociais a Norte e Sul de Portugal;
- Parceria para lançamento de uma campanha de oferta de equipamentos eletrodomésticos e gasodomésticos a IPSS's carenciadas;
- Outras parcerias e apoios sociais.

Parceria conjunta com a Galp Voluntária e a EPIS que inclui projetos de inclusão social, bolsas, estágios e explicações a alunos carenciados

A Fundação Galp tem vindo a acompanhar, em regime de proximidade, os projetos e o trabalho desenvolvidos pela EPIS – Empresários pela Inclusão Social ao longo dos anos, mantendo uma relação de parceria desde 2009 (ano da sua constituição).

No âmbito dessa parceria, tem desenvolvido diversos projetos conjuntos envolvendo muitas vezes também o programa de voluntariado empresarial do Grupo Galp – a Galp Voluntária.

Dessa parceria alargada, na vertente de Educação e Acesso ao Conhecimento, destacam-se os seguintes projetos:

- **Bolsa de explicadores** para os anos letivos de 2016/17 e 2017/18;
- **Estágios curriculares** de alunos de cursos técnico-profissionais;

Nestas duas ações estiveram envolvidos 91 voluntários, beneficiando diretamente 60 alunos em 4.115 horas de voluntariado.

Adicionalmente a estas atividades, no âmbito da iniciativa Bolsas Sociais EPIS – Escolas de Futuro 2017/2020, a Fundação Galp promoveu ainda **bolsas sociais** para premiar o mérito académico de alunos do 9.º ano de escolaridade em escolas dos Concelhos de Matosinhos e Sines.

A cerimónia pública de entrega das Bolsas realizou-se na Fundação Oriente, tendo sido atribuídas 55 bolsas sociais a alunos de todo o continente e Açores a frequentarem o ensino secundário ou o ensino superior, no atual ano letivo.

A Fundação Galp contribuiu para este projeto com a atribuição de duas bolsas nos concelhos de Matosinhos e Sines aos seguintes alunos:

- Eva Ferreira de Assunção (Sines) – frequenta o 10.º ano de escolaridade na Escola Secundária Manuel da Fonseca e terminou o 9.º ano de escolaridade com média de 5,00;
- Gonçalo Oliveira (Matosinhos) – frequenta o 10.º ano de escolaridade na Escola Secundária Augusto Gomes e terminou o 9.º ano de escolaridade com média de 4,73.

Estes alunos foram premiados com base nas suas condições socioeconómicas e no elevado mérito académico atingido no final do 9.º ano de escolaridade, bem como na ambição demonstrada para o prosseguimento dos estudos.

Parceria com a Associação Bagos d'Ouro no acompanhamento, apoio e bolsas a alunos carenciados

A parceria com a Associação Bagos d'Ouro estende-se há vários anos, e foi novamente renovada em 2017, no desenvolvimento de atividades conjuntas de acompanhamento, apoio e atribuição de bolsas sociais em prol de crianças e jovens na zona do Douro. Para além do acompanhamento geral da atividade desta associação, a Fundação Galp contribuiu para viabilizar a educação de seis crianças e jovens através de bolsas sociais e envolveu-se diretamente em iniciativas, tais como a festa de Natal para as crianças da associação e as suas famílias.

Foram ainda doados brinquedos preparados e embrulhados, com a dedicação e o carinho de um grupo de voluntários da Galp.

A Associação Bagos d'Ouro é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com a missão de promover a educação de crianças e jovens carenciados do Douro como forma de inclusão social no território.

Atua em 6 concelhos do Douro – Alijó, Armamar, Murça, Sabrosa, São João da Pesqueira e Tabuaço - e desenvolve a sua atividade junto de 208 crianças e jovens e respetivas famílias, num total de cerca de 300 pessoas.



Parceria com a Galp Voluntária na realização de ações de voluntariado nas escolas

Em dezembro de 2016, sob o mote “Energia cria Conhecimento”, foram intervencionadas, através de ações de voluntariado empresarial, três escolas na envolvente das principais infraestruturas do Grupo Galp:

- Escola Básica EB1 de Perafita – Matosinhos;
- Escola Secundária Padre António Macedo - Vila Nova de Santo André;
- Escola Básica das Laranjeiras - Lisboa.

Foram identificadas nestas três escolas diversas carências sociais e materiais, em que era manifesta a insuficiência de equipamentos tecnológicos e informáticos, as necessidades de mobiliário, de reparações em infraestruturas degradadas, entre outras situações. Através destas ações, com a ajuda dos voluntários, foi possível criar e/ou reabilitar espaços de estudo, bibliotecas e salas multimédia.

Ao longo de 2017, numa lógica de continuidade, foi sendo feita a ligação às Escolas intervencionadas através da realização de diversas ações conjuntas. Uma das ações a destacar foi a reabilitação no exterior da Escola Básica das Laranjeiras, em Lisboa, por ocasião do Dia Mundial da Árvore.

Foram assim realizadas, por um grupo de 15 voluntários, pinturas e jogos no pavimento dando mais diversidade às brincadeiras das crianças no recreio. Foram também plantadas árvores de fruto (laranjeiras e cerejeiras) com o acompanhamento das crianças da escola assinalando-se o Dia Mundial da Árvore, dia 21 de março.

Uns dias mais tarde, as crianças fizeram uma surpresa aos voluntários: visitaram as torres de Lisboa e ofereceram alguns materiais decorativos que prepararam, os quais incluíam alguns poemas redigidos por eles, entre os quais destacamos:

**Um exemplo de solidariedade,
A Galp nos veio oferecer,
Muita Alegria à mocidade.
Jamais iremos esquecer!**

**O jogo da macaca é tradição
Tem muito movimento!
Para a Galp, a nossa gratidão
Ficará no pensamento!**

**Laranjinhas a saltar
Que grande diversão!
A Galp a ajudar
A enriquecer a nossa educação!**

Renovação do Protocolo coletivo Fundação Galp Solidária abrangendo 12 entidades sociais a Norte e a Sul de Portugal

Empenhada na sua missão social, a Fundação Galp tem desenvolvido, desde o final de 2015, um projeto coletivo e específico de resposta a situações de Emergência Social, comprometido com a luta contra a pobreza, exclusão e desigualdade social, apoiando grupos de cidadãos em risco – Protocolo **Fundação Galp Solidária**.

Esta iniciativa desenvolve-se em dois polos geográficos centrais:

Fundação Galp Solidária Norte e Fundação Galp Solidária Sul, consistindo numa parceria continuada de apoio social a favor dos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, procurando contribuir para o desenvolvimento sustentado da comunidade.

Ao longo de 2017, a Fundação Galp acompanhou e participou no trabalho desenvolvido pelas doze instituições sociais abrangidas, cujas missões visam ajudar e amparar os casos mais carenciados da sociedade e que incluem, entre outras, situações de deficiência profunda, abandono, pobreza extrema, doença e solidão.

Eis algumas das Instituições abrangidas pelo protocolo **Fundação Galp Solidária**:



Parceria para o lançamento de uma campanha de oferta de equipamentos eletrodomésticos e gasodomésticos a IPSS's carenciadas

A Fundação Galp, através de uma parceria com a Unidade de Negócio Gas&Power da Galp, lançaram uma campanha para candidatura a equipamentos para ajudarem a aquecer o inverno das IPSS carenciadas dos distritos de Lisboa e de Setúbal.

Na vaga de Inverno de 2017 no âmbito da Campanha Energia Solidária – Doações, candidataram-se 96 IPSS à oferta de esquentadores Vulcano, termoacumulador Ariston Velis 80L e fogão a gás Junex P299 XST. Algumas das instituições contempladas foram:

- Casa de Acolhimento Residencial Abrir Caminhos, Montijo: Esquentador;
- Associação de Atividades Sociais do Bairro 2 de Maio, Lisboa: Esquentador;
- Fundação Obra do Ardina, Lisboa: Fogão.

A oferta incluiu a entrega e instalação dos equipamentos, levada a cabo por técnicos credenciados dos Serviços Galp Comfort da Galp.

vaga de inverno 2017

Campanha energia solidária Doações



Outras parcerias e apoios sociais

Em 2017, a Fundação Galp renovou as parcerias de âmbito social que tem mantido ao longo dos anos, tendo ainda apoiado a Residência de Velhinhos das Irmãzinhas dos Pobres e as Aldeias SOS Criança na Guiné Bissau.

No âmbito destas atividades, a Fundação desenvolveu diversos projetos em prol da inclusão social de crianças e jovens, na luta contra a pobreza e na promoção do seu sucesso escolar.



3.2. Energia e Ambiente

Desenvolvimento das Comunidades e Luta contra a Pobreza através do acesso à Energia – Moçambique

Ao longo de 2016, foi desenvolvido um Plano de Investimento na Comunidade em Moçambique, tendo sido avaliados **105 projetos**, de cerca de **25 entidades** diferentes, que deveriam preencher diversos critérios de elegibilidade.

Desta avaliação exaustiva, foi selecionado o projeto de **Instalação de Painéis Solares em Escolas, Centros de Saúde, Residências ou Mini-Centrais**, pelo seu impacto social nas comunidades.

Em Maio de 2017 foi assinado em Maputo um protocolo tripartido entre a Fundação Galp, a Galp e o FUNAE - Instituição Pública Moçambicana, parceira na implementação do projeto no terreno – no qual se oficializaram os termos deste projeto que, para além de promover o Desenvolvimento Social da comunidade se enquadra no âmbito da Eficiência Energética, Proteção Ambiental e Inovação na área da Energia. Este projeto marca assim o arranque da atuação da Fundação fora do território nacional e nomeadamente em África, tratando-se de um projeto piloto com um investimento social de €600.000 cujo plano de avaliação base poderá vir a ser alargado a outras geografias.

O projeto abrange quatro aldeias (Ninga, Chivuli, Inhamuchindo e Chissinguane) nas Províncias de Cabo Delgado, Manica e Sofala, beneficiando diretamente 5.918 pessoas em 1.017 famílias.



Eletrificação de residência em Matocalane – FUNAE

Lançamento do movimento Terra de Esperança com mega ação de voluntariado ambiental de reflorestação em Portugal



Nos últimos anos, nomeadamente na altura do Natal, a Fundação Galp tem desenvolvido ações de voluntariado de grande dimensão e impacto em parceria com o programa de voluntariado empresarial da Galp – Galp Voluntária.

Este ano, perante os terríveis acontecimentos de calamidade ocorridos no verão e a vaga de incêndios que devastaram o país, a Fundação considerou que a sua atuação prioritária deveria centrar-se na recuperação, através da reflorestação, das áreas ardidas, e nesse sentido propôs à Galp o lançamento conjunto de um movimento de esperança nacional, com enfoque no voluntariado. Estavam assim lançadas as bases de um projeto que ganhou forma com a junção de um novo parceiro a ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente.

600 Voluntários plantaram, no dia 23 de novembro, dia da floresta autóctone, as primeiras 7.500 árvores do movimento Terra de Esperança, resultado da parceria estabelecida com a ANEFA, em mais de oito hectares da serra do Açor, numa iniciativa que ultrapassou largamente as expectativas iniciais (5.600 árvores em sete hectares).

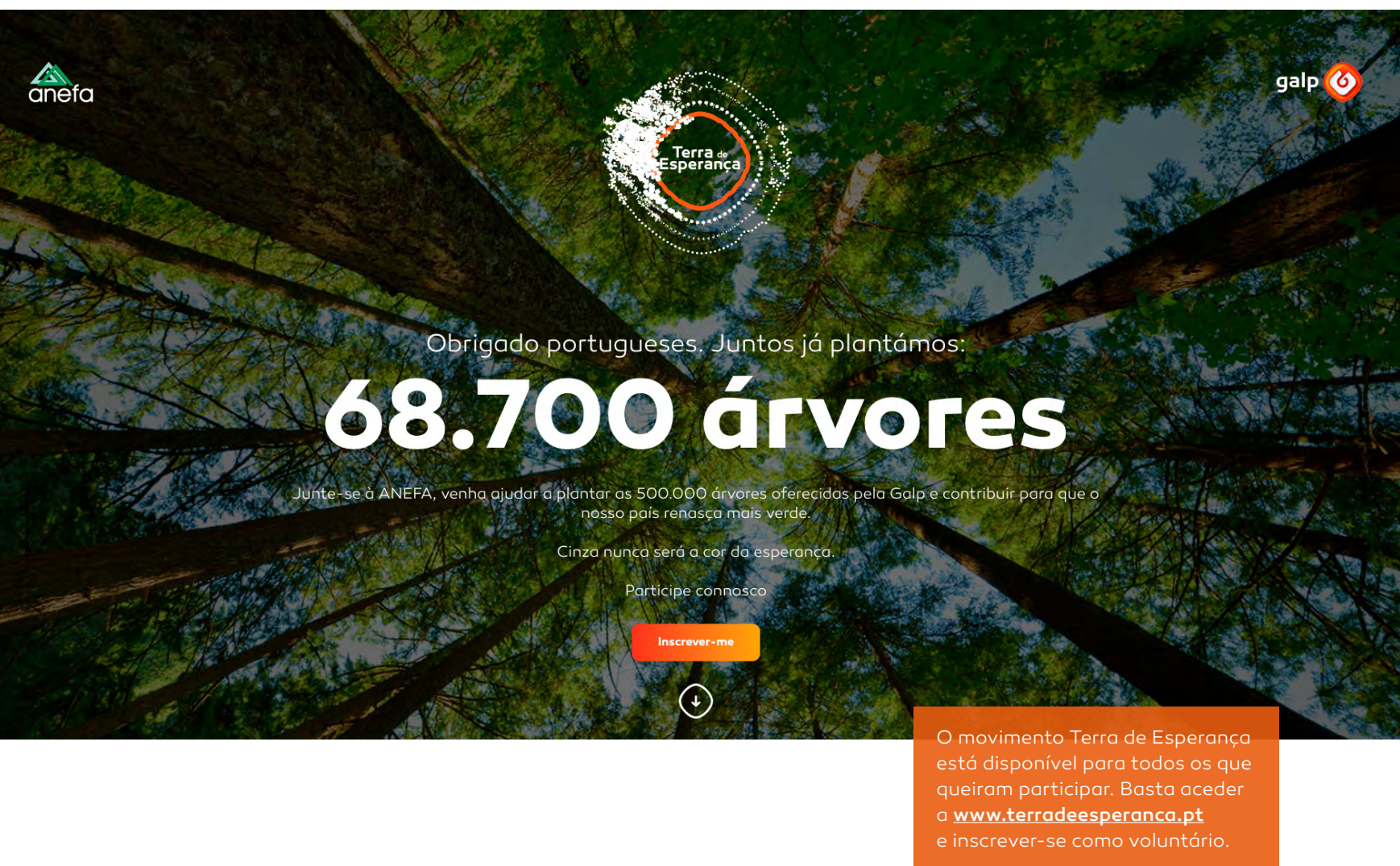
O grupo de voluntários – entre colaboradores e suas famílias e ainda parceiros da Fundação e do Grupo Galp, provenientes de norte a sul do país – colocaram no terreno mais 2.000 carvalhos e castanheiros, tendo ainda reflorestado um hectare para além do inicialmente previsto, numa das zonas mais afetadas pelos incêndios do último verão.




Resultado de uma enorme agilidade, a operação foi realizada apenas cinco semanas a seguir à última vaga de incêndios, o que só foi possível como empenho da Fundação, da Galp, das entidades locais e dos cidadãos que se voluntariaram. Foi assim dado o primeiro passo num movimento para o qual todos os portugueses foram, e estão, convocados, que irá permitir a plantação através da ANEFA de um total de cerca de 500 mil árvores.



Além da doação das árvores, o Grupo Galp desenvolveu uma plataforma digital que permitirá à ANEFA agilizar novas ações de voluntariado que ajudem as zonas que arderam nos dois últimos anos a virarem a página.

Para além do movimento Terra de Esperança, foi desenvolvida uma iniciativa com 17 Municípios – Arganil, Carregal do Sal, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Pinhel, Santa Comba Dão, Seia, Tábua, Tondela, Sever do Vouga, Vouzela – assegurando a colocação de uma árvore de Natal nas praças destas cidades, homenageando de forma simbólica todas as vítimas deste verão e levando uma luz de esperança nesta época natalícia.



Obrigado portugueses. Juntos já plantámos:

68.700 árvores

Junte-se à ANEFA, venha ajudar a plantar as 500.000 árvores oferecidas pela Galp e contribuir para que o nosso país renasça mais verde.

Cinza nunca será a cor da esperança.

Participe connosco

[Inscrever-me](#)

↓

O movimento Terra de Esperança está disponível para todos os que queiram participar. Basta aceder a www.terradeesperanca.pt e inscrever-se como voluntário.



Árvore de Natal oferecida aos 17 Municípios onde se registaram vítimas humanas da vaga de incêndios de 2017 – Seia



3.3. Cultura e Educação

A Fundação Galp é parceira da Fundação Casa da Música desde 2009, sendo que, desde 2012, acompanha e colabora nas atividades do Serviço Educativo, desenvolvendo diversas iniciativas conjuntas

As atividades do Serviço Educativo destinam-se a toda uma diversidade de públicos – comunidade escolar, famílias, bebés e crianças, adolescentes e jovens, adultos e seniores – com o objetivo de promover a compreensão e prática musical, enquanto componente cultural, com especial vocação na intervenção social em comunidades desfavorecidas ou com necessidades de apoio especiais.

Em 2017 foram igualmente estabelecidas as bases para um novo projeto sociocultural conjunto a três anos com a Fundação de Serralves que se destina especificamente à comunidade escolar (alunos e professores) e famílias. Este projeto, que se desenvolverá a partir de 2018, obteve neste exercício uma declaração de reconhecimento de interesse cultural pelo Sr. Ministro da Cultura, Luís Filipe de Castro Mendes.



Parcerias Culturais
Fundação Casa da Música
Serviço Educativo

4 Referências finais



4. Referências finais

Os diferentes projetos e atividades que se realizaram pela Fundação Galp em 2017, e que se encontram refletidos no presente Relatório, apenas foram possíveis graças ao envolvimento e apoio de muitas pessoas, parceiros, instituições e amigos.

A Fundação gostaria assim de agradecer a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da sua Missão Social em Portugal, mas também em Moçambique e na Guiné Bissau, geografias onde iniciou em 2017 um novo caminho que se pretende duradouro e impactante nas comunidades.

Importa, desde logo, destacar um agradecimento ao Grupo fundador, o Grupo Galp, e em especial às três empresas Mecenass (Galp Energia SGPS, Galp Gás Natural e Lisboagás), que dotaram a Fundação dos meios financeiros necessários à sua atividade em 2017.

Também aos colaboradores que, ao longo do ano, participaram e se envolveram nas diversas ações da Fundação, estende-se o agradecimento, pelo inestimável contributo e por toda a energia que partilharam.

Aos membros dos órgãos sociais da Fundação, importa, igualmente, deixar um agradecimento pelo contributo e incentivo que foi sendo conferido ao longo do ano.

Por fim, uma referência final e especial para a comunidade, as pessoas, algumas já tocadas pela ação da Fundação, de uma forma ou de outra, outras anónimas, que são e continuarão a ser a razão da existência desta Fundação e a permitir que a sua missão se concretize anualmente, materializando-se em ações de transformação e de desenvolvimento do tecido social.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo de 186.799,90 seja transferido para resultados acumulados.

Lisboa, 12 de abril de 2018

O Conselho de Administração

5 Anexos

5.1. Demonstrações financeiras

5.2. Anexo



5.1. Demonstrações financeiras

Balanço

Fundação Galp

Balanço em 31 de dezembro de 2017

Unidade monetária: Euros

Rúbricas	Notas	Datas	
		31.12.2017	31.12.2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Bens do património histórico e cultural	4	1.788.325,00	1.788.325,00
Total do Ativo não corrente		1.788.325,00	1.788.325,00
Ativo corrente			
Créditos a receber	16.6	39.865,24	36.965,24
Caixa e depósitos bancários	16.3	1.055.548,36	1.056.149,03
Total do Ativo corrente		1.095.413,60	1.093.114,27
Total do Ativo		2.883.738,60	2.881.439,27
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	16.8	7.188.325,00	7.188.325,00
Resultados transitados		(4.325.568,53)	(4.562.947,62)
Resultado líquido do período		(186.799,90)	(237.379,09)
Total do Fundo do Capital		2.675.956,57	2.862.756,47
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16.4	4.618,96	12.928,10
Outras dívidas a pagar	16.2	203.163,07	5.754,70
Total do Passivo corrente		207.782,03	18.682,80
Total do Passivo		207.782,03	18.682,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.883.738,60	2.881.439,27

As notas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do balanço.

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Unidade monetária: Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		31.12.2017	31.12.2016
Subsídios, doações e legados à exploração	8	510.000,00	510.000,00
Fornecimentos e serviços externos	8	(39.487,34)	(53.590,19)
Outros rendimentos e ganhos		-	-
Outros gastos e perdas	8	(656.408,90)	(218.386,01)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(185.896,24)	(238.023,80)
Juros e rendimentos similares obtidos	16.7	-	-
Juros e gastos similares suportados	16.7	(903,66)	(644,71)
Resultados antes de impostos		(186.799,90)	237.379,09
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(186.799,90)	237.379,09

As notas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas.

Demonstrações das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstrações das alterações nos fundos próprios no período 2017

Unidade monetária: Euros

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			
Descrição	Notas	Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do período 2017		7.188.325,00	(4.562.947,62)	237.379,09	2.862.756,47
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	237.379,09	(237.379,09)	-
			237.379,09	(237.379,09)	-
Resultado líquido do período				(186.799,90)	(186.799,90)
Resultado integral				(186.799,90)	(186.799,90)
Posição no fim do período 2017		7.188.325,00	(4.325.568,53)	(186.799,90)	2.675.956,57

Demonstrações das alterações nos fundos próprios no período 2016

Unidade monetária: Euros

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			
Descrição	Notas	Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do período 2016		7.188.325,00	(4.642.899,33)	79.951,71	2.625.377,38
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	79.951,71	(79.951,71)	-
			79.951,71	(79.951,71)	-
Resultado líquido do período				237.379,09	237.379,09
Resultado integral				237.379,09	237.379,09
Posição no fim do período 2016		7.188.325,00	(4.562.947,62)	237.379,09	2.862.756,47

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fundação Galp

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Unidade monetária: Euros

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2017	2016
Fluxos de caixas das atividades operacionais			
Pagamento a fornecedores		(64.300,75)	(55.904,58)
Caixa gerada pelas operações		(64.300,75)	(55.904,58)
Outros recebimentos/pagamentos		(445.396,26)	(321.696,71)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(509.697,01)	(377.601,29)
Fluxos de caixas das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixas das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de fundos - Doações	8	510.000,00	510.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(903,66)	(644,71)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		509.096,34	509.355,29
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(600,67)	131.754,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.3	1.056.149,03	924.395,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.3	1.055.548,36	1.056.149,03

As notas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da demonstração do fluxo de caixa.

5.2. Anexo

1. Identificação da Fundação

A Fundação Galp, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada sem fins lucrativos, criada pelas sociedades Galp Energia, SGPS, S.A., Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., Galp Power, S.A., Galp Energia, S.A. e Galp Gás Natural, S.A., em Janeiro de 2009, tendo a sua sede social em Lisboa, Portugal, na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, com a denominação Fundação Galp Energia, tendo adotado, em setembro de 2017, a denominação atual – Fundação Galp.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 14158/2010, de 27 de Agosto de 2010, emitido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República, II série, de 10 de Setembro de 2010, e declarada pessoa coletiva com utilidade pública pelo Despacho n.º 9537/2013, de 5 de Julho, do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, DR, II série, Nº 139, de 22 de Julho de 2013.

A Fundação tem vindo a obter, igualmente, as Declarações de Reconhecimento de Interesse Cultural das suas diversas atividades, emitidas a 23 de Outubro de 2013 pelo Secretário de Estado da Cultura, a 30 de Dezembro de 2016 e a 7 de Fevereiro de 2018 pelo Ministro da Cultura, nos termos do artigo 62º, números 6, a) 7 e 10, todos do EBF”.

A Fundação tem por objeto exprimir e concretizar o compromisso de intervenção social e apoio ao desenvolvimento, por parte do Grupo Galp Energia, promovendo e apoiando, em Portugal e no estrangeiro onde o Grupo opera e, em particular, nos países de língua portuguesa, programas de ação, iniciativas e atividades que visem ou favoreçam os avanços da energia, a sensibilização e promoção de práticas de eficiência energética, utilização racional da energia e energias alternativas, designadamente para a promoção da educação e formação tecnológica e cultural, bem como as iniciativas e atividades que promovam a inovação e o desenvolvimento do turismo, da saúde, da cultura, do desporto, entre outras, diretamente ou em parceria com outras Fundações que visem fins idênticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo NCRF-ESNL.

3. Alterações nas estimativas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Créditos a receber/Outras dívidas a pagar”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Fundação, ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a. A natureza da reclassificação;
- b. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c. Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Este custo foi determinado à data da entrada em espécie, feita pela Fundadora Petrogal, S.A., por uma entidade competente e independente.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se avaliar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a Fundação tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/ do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas, quando aplicável, correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Provisões

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Fundação se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensuradas pelo seu custo amortizado e deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

b. Classificação de fundos patrimoniais ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos dos fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

c. Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são registadas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos no Balanço.

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação ainda poderão estar sujeitas a revisão. Contudo é entendimento da administração que as correções de eventuais revisões/inspeções da Autoridade Tributária não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Classificação do Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Eventos subsequentes

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se significativos.

Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se:

- (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e;
- (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

A Fundação não identifica a existência de estimativas consideradas críticas.

4. Ativos fixos tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativos tangíveis	Saldo em 01.01.2017	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31.12.2017
Património artístico-obras de arte	1.663.325,00	-	1.663.325,00
Outros ativos fixos tangíveis	125.000,00	-	125.000,00
Total	1.788.325,00	-	1.788.325,00

31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativos tangíveis	Saldo em 01.01.2016	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31.12.2016
Património artístico-obras de arte	1.663.325,00	-	1.663.325,00
Outros ativos fixos tangíveis	125.000,00	-	125.000,00
Total	1.788.325,00	-	1.788.325,00

Os montantes de 1.663.325,00 Euros e 125.000,00 Euros, respeitam à entrada em espécie, como dotação inicial, por parte da fundadora Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., constituída pelo património artístico e histórico, respetivamente, acervos avaliados, por uma entidade independente, por aqueles montantes.

5. Ativos intangíveis

Não aplicável.

6. Custos de empréstimos obtidos

Não aplicável.

7. Inventários

Não aplicável.

8. Rendimentos e gastos

Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	11.646,59	24.416,03
Espaço torre	6.465,72	6.465,72
Seguros	2.709,88	4.054,70
Outros serviços	18.665,15	18.653,74
Total	39.487,34	53.590,19

Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Subsídios, doações e legados à exploração	510.000,00	510.000,00
Total	510.000,00	510.000,00

O montante de 510.000,00 Euros refere-se a donativos das seguintes entidades:

	2017	2016
Galp Gás Natural, S.A.	360.000,00	360.000,00
Lisboagás, S.A.	135.000,00	135.000,00
Galp Energia, SGPS, S.A.	15.000,00	15.000,00
Total	510.000,00	510.000,00

Estes montantes destinam-se a atividades da Fundação em conformidade com os seus fins estatutários.

Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Parcerias		
FUNAE - Fundo Nacional de Energia - Moçambique	300.000,00	-
Ação de Voluntariado de Reflorestação Terra de Esperança	172.559,16	-
Fundação Casa da Música	75.000,00	75.000,00
Associação Bagos d'Ouro	22.800,00	22.800,00
EPIS - Empresários pela Inclusão Social	14.700,00	-
Residencia de Velhinhos das Irmãzinhas dos pobres	10.000,00	-
Irmãs de Santa Cruz - Congregação	8.250,00	9.000,00
Irmãs do Cottolengo do Padre Alegre, Servidoras de Jesus	6.500,00	6.000,00
Missionárias da Caridade (Madre Teresa Calcutá)	6.000,00	6.000,00
Filhas de Maria Auxiliadora - Centro Laura Vicuña	5.000,00	6.000,00
Mais Proximidade, Melhor Vida - Associação	5.000,00	6.000,00
Carmelo Santa Teresinha	3.850,00	4.200,00
Instituto da Imaculada p/ Pessoas com Necessidades Especiais	2.750,00	3.000,00
Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem	2.750,00	3.000,00
Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	2.750,00	3.000,00
Obra do Frei Gil - Sociedade de Promoção Social	1.650,00	1.800,00
Obra da Rua - Casa do Gaiato do Porto	1.650,00	1.800,00
Aldeia de Crianças SOS - Guiné Bissau	1.250,00	-
Associação Bagos d'Ouro	1.200,00	1.200,00
Grupo Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga	-	15.000,00
Ação conjunta “Natal nas escolas”	-	32.712,11
Outros		
Outros gastos	12.749,74	21.873,90
Total	656.408,90	218.386,01

9. Provisões passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Não aplicável.

11. Instrumentos financeiros

Não aplicável.

12. Benefícios dos empregados

Não aplicável.

13. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de abril de 2018.

14. Agricultura

Não aplicável.

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1. Fundadores

Ver: **16.8. Fundos**

16.2. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Credores por acréscimos		
Seguros a liquidar	1.583,87	1.583,87
Outros	54,20	4.170,83
Sub-total	1.638,07	5.754,70
Outros credores		
Outros credores	210.525,00	-
Sub-total	210.525,00	-
Total	203.163,07	5.754,70

16.3. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Depósitos à ordem	1.055.548,36	1.056.149,03
Total	1.055.548,36	1.056.149,03

16.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	4.618,96	12.928,10
Total	4.618,96	12.928,10

16.5. Estado e Outros Entes Públicos

Não aplicável.

16.6. Créditos a receber

A rubrica “Outras contas a receber” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros devedores	4.864,04	1.964,04
Gastos a reconhecer		
“História Concisa de Angola”	35.001,20	35.001,20
	39.865,24	36.965,24

16.7. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	903,60	(644,71)
Resultados financeiros	903,60	(644,71)

16.8. Fundos

O Capital da Fundação, em 31 de dezembro de 2017 é constituído pela entrada inicial dos fundadores no montante total de 7.188.325,00 Euros, incluindo a entrada em espécie feita pela fundadora Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., no montante de 1.788.325,00 Euros (Nota 5) e tem a seguinte composição:

Descrição	Realizado em 2009	Realizado em 2010	Realizado em 2011	Realizado em 2012	Total subscrito
Contribuições em numerário					
Galp Energia, S.A.	1.060.000,00	781.320,23	572.211,11	967.255,13	3.380.786,47
Galp Energia, SGPS, S.A.	200.000,00	135.979,87	95.368,53	62.238,72	493.587,12
Galp Power, S.A.	200.000,00	135.979,87	138.839,37	18.767,88	493.587,12
Galp Gás Natural, S.A.	200.000,00	135.979,87	138.839,37	18.767,88	493.587,12
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.	200.000,00	135.979,87	138.839,37	18.767,88	493.587,12
Petrogal, S.A.	-	-	-	44.865,05	44.865,05
Sub-total	1.860.000,00	1.325.239,71	1.084.097,75	1.130.662,54	5.400.000,00
Contribuições em espécie					
Petrogal, S.A.	1.788.325,00	-	-	-	1.788.325,00
Sub-total	1.788.325,00	-	-	-	1.788.325,00
Total	3.648.325,00	1.325.279,71	1.084.097,75	1.130.662,54	7.188.325,00

16.9. Imposto sobre o rendimento

A Fundação é um sujeito passivo de IRC na qualidade de pessoa coletiva que não exerce, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, sendo tributada, nos termos do artigo 3º., alínea b), do Código do IRC, pelo rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito. Mas, até 2017, a Fundação só obteve apoios (dotações e donativos) destinados a financiar a realização dos fins estatutários, os quais não se consideram rendimentos sujeitos a IRC, daí não haver tributação.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Contudo é entendimento da administração que as correções de eventuais revisões/inspeções da Autoridade Tributária não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Presidente

Paula Ramos Amorim

Vogais

Carlos Nuno Gomes da Silva

Filipe Quintin Crisóstomo Silva

Contabilista Certificado

Carlos Alberto Nunes Barata

